



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4309525/2017-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.007001/2017-59

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO SRP Nº 13/2017

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de copos sustentáveis, xícaras com pires e canecas personalizadas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e

1.2 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ÓRGÃO GERENCIADOR: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE, UASG: 200380						
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	REQUISIÇÃO MÁXIMA	UNID.	REQUISIÇÃO MÍNIMA	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL
01	Copo descartável volume 200 ml, sustentável com as seguintes características: Confeccionado em material 100% biodegradável e atóxico conforme subitem 4.3 deste Termo de Referência, utilizado para líquidos quentes e frios. Marca de referência: Biocopo, equivalente ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 2401/2006, 9.3.2. Plenário). Com validade mínima de 12 meses.	700	Pacote (100 unidades)	100	R\$ 32,79	R\$ 22.954,40
02	Xícara e pires, em porcelana branca, para café, capacidade aproximada de 95 ml (noventa e cinco mililitros), filete dourado em toda borda do pires e da xícara com	400	Unidade	50	R\$ 25,45	R\$ 10.180,00

	aproximadamente 1 mm (um milímetro) de espessura, impressão do emblema da Polícia Federal e Logo de sustentabilidade, impressão da expressão “A POLICIA FEDERAL DISPONIBILIZA XICARAS E CANECAS, USE-AS EM OPÇÃO AOS DESCARTÁVEIS. PELO BEM DO PLANETA E DO MEIO AMBIENTE.” (A frase deve ser impressa na borda do pires). Com garantia mínima de 12 meses.					
03	Caneca, em porcelana branca, para bebidas frias e quentes, capacidade aproximada de 250 ml (duzentos e cinquenta mililitros), filete dourado em toda borda da caneca com aproximadamente 1 mm (um milímetro) de espessura, impressão do emblema da Polícia Federal e Logo de sustentabilidade, impressão da expressão “A POLICIA FEDERAL DISPONIBILIZA XICARAS E CANECAS, USE-AS EM OPÇÃO AOS DESCARTÁVEIS. PELO BEM DO PLANETA E DO MEIO AMBIENTE.” (A frase deve ser impressa abaixo do logo de sustentabilidade). Com garantia mínima de 12 meses	400	Unidade	50	R\$ 34,00	R\$ 13.600,00
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO					R\$ 46.734,40	

ÓRGÃO PARTICIPANTE: EMBRAPA/SNT-UP BRASÍLIA, UASG: 135072						
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	REQUISIÇÃO MÁXIMA	UNID.	REQUISIÇÃO MÍNIMA	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL
04	Xícara e pires, em porcelana branca, para café, capacidade	100	Unidade	25	R\$ 25,45	R\$ 2.545,00

	aproximada de 95 ml (noventa e cinco mililitros), filete dourado em toda borda do pires e da xícara com aproximadamente 1 mm (um milímetro) de espessura, impressão do emblema da Polícia Federal e Logo de sustentabilidade, impressão da expressão “A POLICIA FEDERAL DISPONIBILIZA XICARAS E CANECAS, USE-AS EM OPÇÃO AOS DESCARTÁVEIS. PELO BEM DO PLANETA E DO MEIO AMBIENTE.” (A frase deve ser impressa na borda do pires). Com garantia mínima de 12 meses.					
05	Caneca, em porcelana branca, para bebidas frias e quentes, capacidade aproximada de 250 ml (duzentos e cinquenta mililitros), filete dourado em toda borda da caneca com aproximadamente 1 mm (um milímetro) de espessura, impressão do emblema da Polícia Federal e Logo de sustentabilidade, impressão da expressão “A POLICIA FEDERAL DISPONIBILIZA XICARAS E CANECAS, USE-AS EM OPÇÃO AOS DESCARTÁVEIS. PELO BEM DO PLANETA E DO MEIO AMBIENTE.” (A frase deve ser impressa abaixo do logo de sustentabilidade). Com garantia mínima de 12 meses	100	Unidade	25	R\$ 34,00	R\$ 3.400,00
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO					R\$ 5.945,00	

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A pretendida aquisição visa introduzir políticas ecológicas na Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre e suas unidades descentralizadas com o intuito principal de, além de reduzir a produção de lixo e a exploração de matérias primas, o qual gera diversos impactos ao meio

ambiente, despertar nos servidores a questão da sustentabilidade, bem como racionalizar o consumo de copos descartáveis, visando à eficiência do gasto público.

2.2. Ademais, a utilização do material em questão em substituição aos copos descartáveis é ecologicamente correta e ajuda a reduzir o impacto ambiental, já que os copos provêm do petróleo, fonte não renovável e quando dispostos em lixões abertos ou aterros sanitários demoram centenas de anos para se degradarem, estando de acordo com a **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010** que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta.

2.3. O consumo estimado para as canetas e xicaras foi previsto com base na quantidade de servidores lotados na SR/PF/AC e todas as suas unidades descentralizadas que compreende delegacias e postos da PF espalhados pelo estado do Acre. Já para aquisição dos copos descartáveis levou-se em consideração a quantidade de atendimentos ao público realizado durante o período de 12 na SR/PF/AC e todas as unidades descentralizadas que compreende delegacias e postos da PF espalhados pelo estado do Acre para o período de 12 meses.

2.4. Considerando que, para ser executado da maneira especificada neste Termo de Referência e seus anexos, o objeto não necessita ser adquirido de uma única vez, podendo ser adquirido de forma parcelada e que será conforme a demanda de utilização, propõe-se que o mesmo seja licitado através de Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço por Grupo, enquadrando-se no art. 3º, do Decreto 7.892 de 2013, incisos I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Para esta aquisição, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, considerado que se trata de bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. **A entrega do Órgão Gerenciador:** deverá ser efetuada no Núcleo Administrativo - NAD, situado na Rodovia BR 364, n. 3501 – Portal da Amazônia, Rio Branco/AC – CEP 69.915-630, Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 (de 2ª a 6ª feira).

4.2. **A entrega do Órgão participante:** deverá ser efetuada na Embrapa Produtos e Mercado – Escritório de Brasília, situada na Rodovia DF 001 km 69 – Fazenda Sucupira, Riacho Fundo II/DF – CEP 71.882-080, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 (de 2ª a 6ª feira).

4.3. O prazo para entrega do objeto licitado é de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e da respectiva Ordem de Fornecimento.

4.4. Toda entrega deverá ter prévia programação de data e hora. Agendar entrega pelo fone **órgão gerenciador** (68) 3212-1243.

4.5. Toda entrega deverá ter prévia programação de data e hora. Agendar entrega pelo fone **órgão participante** (61) 3333-0417 / 3333-7979.

- 4.6. O objeto deverá ser entregue devidamente protegido e embalado adequadamente contra danos de transporte e acompanhados da respectiva nota fiscal de fornecimento.
- 4.7. Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:
- 4.8. Provisoriamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;
- 4.9. Definitivamente, até 8 (oito) dias úteis da entrega, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- 4.10. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do material recebido provisoriamente, será lavrado Termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e substituído.
- 4.11. Após a notificação à LICITANTE VENCEDORA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.
- 4.12. O fornecedor terá prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar a substituição do material, a partir da comunicação oficial feita pelo TRF da 5ª Região.
- 4.13. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a LICITANTE VENCEDORA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no edital.
- 4.14. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:
- 4.15. Material embalado, acondicionado, identificado e de acordo com as Especificações Técnicas;
- 4.16. Quantidade em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- 4.17. Entrega no prazo, local e horários previsto neste Termo de Referência.
- 4.18. O recebimento definitivo dar-se-á:
- 4.16.1. Após verificação física que constate a integridade do produto;
 - 14.16.2. Após verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.
 - 14.16.3. O recebimento definitivo não deverá exceder o prazo de 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento provisório.
 - 14.16.4. Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, assinado por Comissão ou Servidor designado, o qual poderá ser substituído pela atestação no verso da nota fiscal, efetuada por representante do Núcleo Administrativo – NAD da SR/PF/AC, considerando o valor da compra, de acordo com previsão legal.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto,

no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (dias) dias;

10.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

10.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. ANEXO A - Modelo de Canecas/Xícaras;

12.2. ANEXO B - Modelo de Logomarca a ser Impressa nas Canecas/Xícaras (órgão gerenciador);

12.3. ANEXO C - Modelo de Logomarca a ser Impressa nas Canecas/Xícaras (órgão participante).

Rio Branco - Acre, 13 de outubro de 2017.

MARIA OCIMAR JUCÁ
Agente Administrativo de Polícia Federal
GAB/SR/PF/AC

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional
para fins de aprovação

KENNON MONTEIRO DE OLIVEIRA
Agente Administrativo de Polícia Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/AC- Em Exercício

DESPACHO:

Com fundamento legal no inciso II, do art. 9º do Decreto 5.450/05 e art. 14 da IN/MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008, APROVO o Termo de Referência considerando a necessidade da SR/PF/AC adequa-se aos requisitos da sustentabilidade. Assim AUTORIZO a realização da licitação para aquisição, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas.

FÁBIO MORAIS DE PAULA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional SR/PF/AC – Em Exercício

ANEXO A - MODELO DE CANECAS/XÍCARAS
(COR DEVE SER BRANCA)
(IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA)



(IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA)



(IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA)

ANEXO B

MODELO DE LOGOMARCA A SER IMPRESSA NAS CANECAS/XÍCARAS
(ÓRGÃO GERENCIADOR)



SR/PF/AC



“A POLÍCIA FEDERAL DISPONIBILIZA XICARAS E CANECAS, USE-AS EM OPÇÃO AOS DESCARTÁVEIS. PELO BEM DO PLANETA E DO MEIO AMBIENTE.”

ANEXO C
MODELO DE LOGOMARCA A SER IMPRESSA NAS CANECAS/XÍCARAS
(ÓRGÃO PARTICIPANTE)



Produtos e Mercado



“ESTA UNIDADE DISPONIBILIZA XICARAS E CANECAS AOS SEUS COLABORADORES. USE-AS EM OPÇÃO AOS DESCARTÁVEIS, PELO BEM DO PLANETA E DO MEIO AMBIENTE. ”



Documento assinado eletronicamente por **MARIA OCIMAR JUCA, Agente Administrativo**, em 13/10/2017, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KENNON MONTEIRO DE OLIVEIRA, Gestor Financeiro, Substituto(a)**, em 13/10/2017, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAIS DE PAULA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 13/10/2017, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4309525** e o código CRC **3017F971**.

Referência: Processo nº 08220.007001/2017-59

SEI nº 4309525